

trate da taxa N ou da Taxa E, para pagamento das despesas inerentes ao serviço de vacinação anti-rábica que, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do mesmo normativo legal, ficam a seu cargo.

3 — À DGV cabe o remanescente do valor de cada uma das taxas cobradas, destinado ao custo da vacina, aos custos de expediente e de manutenção das bases de dados respectivas e ao Fundo de Luta e Epidemiovigilância da Raiva Animal, acrescido de € 0,50 respeitante ao custo do boletim sanitário de cães e gatos, quando aplicável.

4 — O valor da taxa aplicável à identificação electrónica de cães, para vigorar durante o ano de 2010, é de € 12,60.

5 — O valor da taxa a que se refere o número anterior é constituído pelos seguintes custos decorrentes da prestação de serviços:

- a) Remuneração do médico veterinário — € 4,00;
- b) Administração, incluindo expediente, ficha de registo (modelo 500/DGV), *microchip* e manutenção da base de dados — € 8,60.

11 de Março de 2010. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *Rui Pedro de Sousa Barreiro*.

203204395

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 7886/2010

Estabelece o Decreto Regulamentar n.º 2/2008, de 10 de Janeiro, em regulamentação do regime de avaliação de desempenho do pessoal docente operado pelo Estatuto de Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, que na avaliação dos docentes em regime de mobilidade nos serviços e organismos da Administração Pública, se todo o período em avaliação for prestado nesse regime, é conferida ao avaliado a menção qualitativa que corresponda à atribuída no sistema integrado de avaliação de desempenho.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2008, de 10 de Janeiro, determina-se o seguinte:

Aos docentes em regime de mobilidade em serviços e organismos da Administração Pública, avaliados nos termos do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, cujo período de avaliação, de acordo com o artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 2/2008, de 10 de Janeiro, decorrer na sua totalidade naquele regime, é atribuída a menção qualitativa:

- a) De *Excelente* caso o docente tenha obtido duas menções de *Desempenho excelente*;
- b) De *Muito bom* caso o docente tenha obtido:
 - i) Duas menções de *Desempenho relevante*; ou
 - ii) Uma menção de *Desempenho excelente* e uma menção de *Desempenho relevante*;
- c) De *Bom* caso o docente tenha obtido:
 - i) Duas menções de *Desempenho adequado* a que corresponda, na soma das duas classificações, uma quantificação igual ou superior a 6,5;
 - ii) Uma menção de *Desempenho excelente* e uma menção de *Desempenho adequado*; ou
 - iii) Uma menção de *Desempenho relevante* e uma menção de *Desempenho adequado*;
- d) De *Regular* caso o docente tenha obtido:
 - i) Duas menções de *Desempenho adequado* a que corresponda, na soma das duas classificações, uma quantificação inferior a 6,5;
 - ii) Uma menção de *Desempenho excelente* e uma menção de *Desempenho inadequado*;
 - iii) Uma menção de *Desempenho relevante* e uma menção de *Desempenho inadequado*; ou
 - iv) Uma menção de *Desempenho inadequado* seguida de uma menção de *Desempenho adequado*;
- e) De *Insuficiente* caso o docente tenha obtido:
 - i) Duas menções de *Desempenho inadequado*; ou
 - ii) Uma menção de *Desempenho adequado* seguida de uma menção de *Desempenho inadequado*.

22 de Abril de 2010. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — A Ministra da Educação, *Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar*.

203199641

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 7887/2010

Os militares na situação de reserva podem ser autorizados, excepcionalmente, a prestar serviço efectivo, nomeadamente na Liga dos Combatentes, nos termos do artigo 155.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações e rectificações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 10-BI/99, de 31 de Julho, Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto, Decreto-Lei n.º 232/2001, de 25 de Agosto, Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, Decreto-Lei n.º 70/2005, de 17 de Março, Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, e Decreto-Lei n.º 310/2007, de 11 de Setembro, Decreto-Lei n.º 330/2007, de 9 de Outubro, Lei n.º 34/2008 de 23 de Julho, e Decreto-Lei n.º 59/2009, de 4 de Março, conjugado com o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, que se mantém em vigor por força do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 154-A/2009, de 6 de Julho, e com o disposto no n.º 9 da Portaria n.º 1247/90, de 31 de Dezembro, e no n.º 2 do artigo 17.º do Estatuto da Liga dos Combatentes, aprovado pela Portaria n.º 119/99, de 10 de Fevereiro.

Assim, obtida a anuência do Chefe de Estado-Maior do Exército:

1 — Autorizo os militares na reserva, do Exército:

MAJ SGE RES NIM 13151377, João José Carixas Silveirinha, e SAJ SGE RES 01220184, João Carlos da Encarnação Restolho, a desempenharem funções na efectividade de serviço no Núcleo de Campo Maior da Liga dos Combatentes, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010;

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Janeiro de 2010.

31 de Março de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

203204613

Despacho n.º 7888/2010

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Ana Margarida Mendonça Mourato Nunes, técnica superior do mapa de pessoal do Instituto Geográfico Português, para exercer funções de assessora do meu Gabinete, em regime de comissão de serviço, através de acordo de cedência de interesse público, ao abrigo do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março.

2 — A nomeada auferirá a remuneração mensal estabelecida para o cargo de adjunto, incluindo o abono para as despesas de representação, acrescido dos respectivos subsídios de férias, de Natal e de refeição.

3 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2010.

8 de Abril de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

203204638

Despacho n.º 7889/2010

Os militares na situação de reserva podem ser autorizados, excepcionalmente, a prestar serviço efectivo, nomeadamente na Cruz Vermelha Portuguesa, nos termos do artigo 155.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações e rectificações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 10-BI/99, de 31 de Julho, Lei n.º 25/2000, de 23 de Agosto, Decreto-Lei n.º 232/2001, de 25 de Agosto, Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, Decreto-Lei n.º 70/2005, de 17 de Março, Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, e Decreto-Lei n.º 310/2007, de 11 de Setembro, Decreto-Lei n.º 330/2007, de 9 de Outubro, Lei n.º 34/2008, de 23 de Julho, e Decreto-Lei n.º 59/2009, de 4 de Março, conjugado com o disposto no n.º 9 da Portaria n.º 1247/90, de 31 de Dezembro, e no n.º 3 do artigo 50.º do Estatuto da Cruz Vermelha Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de Agosto.

Assim, obtida a anuência do Chefe de Estado-Maior do Exército, autorizo o militar na reserva, TCOR INF RES NIM 14679284 Carlos Manuel Borrego Cevada, a desempenhar funções na efectividade de serviço, na Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha Portuguesa, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010.

14 de Abril de 2010. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

203201202